

## **ACORDO RELATIVO A REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ALUNOS DO 1.º CICLO**

Tendo presente que a maioria dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico não tem acesso a refeições escolares, ao contrário do que acontece com os alunos dos restantes níveis de ensino;

Considerando que por força do disposto no Decreto-Lei n.º399-A/84, de 28 de Dezembro, e na Lei n.º159/99, de 14 de Setembro as refeições escolares dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico constituem matéria da competência das autarquias locais, pese embora a circunstância de nunca ter sido definido um modelo de financiamento que permitisse aos Municípios acautelar o fornecimento daquelas refeições;

Importando acabar com esta situação de desigualdade em termos que tornem possível garantir o acesso ao fornecimento de refeições escolares por parte da generalidade dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico;

O Governo, através do Ministério da Educação (ME), e os Municípios, através da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), no quadro de medidas legislativas tomadas no âmbito da política educacional, acordam o seguinte:

- 1- O Ministério da Educação compromete-se, através das diversas Direcções Regionais de Educação, a colaborar com os Municípios no sentido de assegurar o fornecimento das refeições escolares aos alunos do 1.ciclo do ensino básico.



*uy* *10/*

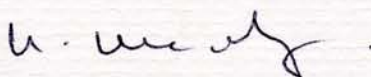
- 2- A colaboração do Ministério da Educação, a que se refere o número anterior, poderá traduzir-se, entre outros aspectos, na assumpção de parte dos encargos relativos com o fornecimento daquelas refeições.
- 3- O fornecimento das refeições aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico será concretizado através do seguinte modelo de financiamento:
  - Preço máximo de refeição: 2,50 € (valor correspondente ao máximo dos refeitórios concessionados).
  - Preço a pagar pelos alunos: 1,34 € (valor igual ao praticado pelas escolas do 2.º e 3.º ciclos dos ensinos básico e secundário).
  - Comparticipação da Autarquia: 0,58 € (50% do valor da refeição abatido ao preço pago pelos alunos).
  - Comparticipação do Ministério da Educação: 0,58 € (50% do valor da refeição abatido a preço pago pelo aluno).
  - Quando os alunos beneficiam da Acção Social Escolar, estão isentos de pagamento ou pagam somente 67 cêntimos, de acordo com o escalão em que estão inseridos.
  - O pagamento da refeição dos alunos subsidiados pela Acção Social Escolar continua a ser da competência dos Municípios.
- 4- Os Municípios comprometem-se a identificar e indicar às Direcções Regionais de Educação o nome dos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico onde são fornecidas refeições ou, caso tal seja manifestamente impossível, as soluções alternativas que garantam o fornecimento da refeição fora do estabelecimento.
- 5- O presente acordo vigora apenas no corrente ano lectivo, devendo ser revisto até 31 de Agosto de 2006.



- 6- Os Municípios comprometem-se a garantir a qualidade das refeições e o cumprimento das normas aplicáveis.

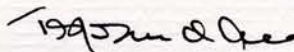
Em Lisboa, aos 25 de Outubro de 2005.

A MINISTRA DA EDUCAÇÃO



(Maria de Lurdes Reis Rodrigues)

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES



(Fernando de Carvalho Ruas)